

**UNIVERSIDADE DO VALE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

ISABEL DA COSTA CARDOSO

**A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: SEU PROCESSO HISTÓRICO E
SEU FUNCIONAMENTO ATUAL**

SÃO LEOPOLDO

2017

Isabel da Costa Cardoso

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: Seu processo histórico e seu
funcionamento atual

Trabalho de Conclusão de Curso de
Especialização apresentado como
requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Educação Inclusiva,
pelo curso de Especialização em
Educação Inclusiva da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof. Ms. Ana Rosimeri
Araujo da Cunha.

São Leopoldo

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, irmãos, noivo, sogro, sogra, filha, e equipe diretiva da instituição de ensino, na qual atuo, pelo apoio que tive, durante todo o período formativo nesta especialização. Sem eles, certamente teria sido muito mais difícil chegar até aqui.

Foram dois anos de muito empenho e dedicação, de muito aprendizado e de reflexão.

Sou grata a todos os professores que compuseram o corpo docente deste curso, onde cada um de sua forma soube passar um pouco de seus conhecimentos adiante com maestria.

Agradeço também aos colegas do curso, que certamente contribuíram para minha formação, com os quais pretendo preservar a amizade e desejo muito sucesso em suas carreiras.

Também quero agradecer à minha orientadora Ana Rosimeri, por seu empenho, durante todo o período de orientação, onde pude aprender muito sobre como fazer uma boa pesquisa e reflexão sobre os dados coletados.

Por fim, deixo aqui meu agradecimento à Instituição Unisinos, por ter tido a oportunidade de participar desta edição do Curso de Especialização em Educação Inclusiva, que possibilitou eu estar hoje já atuando na área, com muita felicidade.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal identificar e informar, qual foi e como foi o processo histórico de criação da Sala de Recursos Multifuncionais, através de leituras e resultados obtidos em pesquisa de campo, fazer a relação com o que é trazido como padrão de funcionamento de uma Sala de Recursos e de que forma, tais espaços funcionam atualmente. Como público alvo, foram entrevistadas e observadas duas profissionais, que atuam na rede municipal de ensino do município de Porto Alegre promovendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e observados alguns de seus atendimentos nas Salas de Integração e Recursos, onde atendem. Para a coleta de dados, utilizei o método qualitativo, aplicando entrevista semiestruturada, juntamente com observações e anotações de campo. A análise de dados foi feita de forma etnográfica, triangulando as transcrições das entrevistas, com as anotações de campo e o estudo de materiais bibliográficos, direcionados ao tema pesquisado. A partir da análise de dados, foi possível obter uma ideia bem próxima da realidade do funcionamento atual das Salas de Integração e Recursos da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Ao longo do trabalho será apresentado ao leitor as definições e o contexto de utilização da nomenclatura Sala de Recurso Multifuncional (SRM) e Sala de Integração e Recursos (SIR). Foi possível identificar, principalmente a partir das falas das entrevistadas, que há urgência na criação de um setor dentro da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre- SMED, que seja direcionado á administração da educação especial no município, bem como a necessidade de que hajam políticas públicas claras, para nortear o trabalho dos profissionais que trabalham no Atendimento Educacional Especializado da rede.

Palavras-chave: Sala de Integração e Recursos. Sala de Recursos Multifuncionais. Políticas de Inclusão. Atendimento Educacional Especializado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.2 TEMA	6
1.3 OBJETIVOS	6
1.3.1 Objetivo Geral	6
1.3.2 Objetivos Específicos	7
1.4 JUSTIFICATIVA	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO INCLUSIVO NO BRASIL	8
2.2 POLÍTICAS DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) E DE FUNCIONAMENTO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	13
2.3 SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) EM PORTO ALEGRE	17
3 METODOLOGIA	21
3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	21
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DAS INFORMAÇÕES	21
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	22
4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	23
4.1 DA PROFISSIONAL QUE REALIZA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	23
4.1.1 Como a Profissional Percebe a Comunidade Escolar a Qual Está Inserida	23
4.1.2 Como a Entrevistada Vê Seu a Expressão E/Ou Validação de Seu Trabalho	24
4.1.3 Expectativas e Descontentamentos	26
4.2 DA SALA DE RECURSOS	28
4.2.1 Sua Atual Administração: Da Infraestrutura, Recursos Materiais e Verbas Disponibilizadas	29
4.2.2 Como São Organizados e Realizados os Atendimentos	30
4.2.3 Do Papel e da Importância da Sala de Recursos Para a Comunidade Escolar	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	40

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	42
ANEXO A – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	43

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, estamos tendo a passos lentos, o avanço das propostas voltadas à educação inclusiva. Dentro destas propostas, desta neste estudo a oferta do Atendimento Educacional Especializado, através do funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais.

No âmbito nacional as Salas de Recursos Multifuncionais, foram normatizadas e postas em funcionamento a partir do ano 2007, com a divulgação do Edital nº 01, de 26 de abril de 2007. Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais.

Considerando que no município, onde foi realizado este estudo, houve a oferta do Atendimento Educacional Especializado, anteriormente ao Edital do MEC de 2007, através da SIR (Sala de Integração e Recursos) a partir do ano de 1995, será feito também neste trabalho um breve recorte histórico sobre a trajetória deste serviço que foi oferecido de forma precursora em Porto Alegre.

1.2 TEMA

Esta Pesquisa tem como tema A Sala de Recursos Multifuncionais: seu processo histórico e seu funcionamento atual. Dentro deste tema, será trazido um recorte histórico, sobre o processo de criação e desenvolvimento em âmbito Nacional do Atendimento Educacional Especializado, da Sala de Recursos Multifuncionais e também, mais especificamente da Rede Municipal de Ensino do município de Porto Alegre.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Neste estudo, tenho como objetivo principal identificar e informar, o processo histórico de criação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs), bem como, através de leituras e resultados obtidos em pesquisa de campo, fazer a relação com o que é trazido como padrão de funcionamento de uma SRMs, com o que realmente acontece na prática nestes espaços pesquisados, durante a coleta de dados.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para minuciar esta pesquisa foram escolhidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Trazer o processo de criação da Sala de Recursos Multifuncionais;
- b. Identificar as principais dificuldades encontradas pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado, no que se refere às políticas públicas, infraestrutura, formação continuada e envolvimento da equipe pedagógica da escola;
- c. Apontar os avanços e benefícios, trazidos pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado, sobre como está funcionando as Salas de Recursos Multifuncionais, nos dias atuais.

1.4 JUSTIFICATIVA

A partir de minhas experiências com a educação inclusiva, desde o período de formação acadêmica, no nível de graduação, e verificando a pequena existência de materiais bibliográficos que tragam o assunto “Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncionais”, achei pertinente realizar esta pesquisa de cunho qualitativo e etnográfico, para produzir material de estudo atualizado, sobre como funciona atualmente as Salas de Recursos no município de Porto Alegre-RS.

Acredito que este estudo trará contributos efetivos, podendo servir de consulta sobre o funcionamento real e ideal da Sala de Recursos Multifuncionais de hoje, bem como possivelmente instigar algum leitor a dar segmento à linha de pesquisa, dentro do tema deste.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para iniciar a apresentação sobre Sala de Recursos Multifuncionais, creio ser imprescindível, fazer primeiramente uma passagem pelas políticas públicas, leis, decretos e acontecimentos históricos ligados aos direitos das pessoas com deficiência. Sendo assim, a seguir, faço um apanhado breve, sobre a história do movimento inclusivo no Brasil. Na sequência, trarei as políticas do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e de Funcionamento da SRMs no viés da política pública do município de Porto Alegre, que denomina este serviço de Sala de Integração e Recursos (SIRs).

2.1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO INCLUSIVO NO BRASIL

Os primeiros movimentos em defesa à inclusão no Brasil se deram a partir de 1958, onde o Ministério da Educação começou a prestar assistência técnica-financeira às secretarias de educação e instituições especializadas e lançou campanhas nacionais, para a educação de pessoas com deficiência, como: em 1958, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais e em 1960, Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental.

Como um marco inicial, no âmbito do Poder Público, no campo da educação especial, em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a Lei nº4. 024 de Diretrizes e Bases, que criou o Conselho Federal de Educação, onde, nos artigos 88 e 89 apareceu a expressão “educação de excepcionais”.

A partir desta lei, houve um considerável aumento no número de instituições privadas filantrópicas, na sua maioria APAES, cerca de 16 instituições.

Assim sendo, podemos afirmar que as primeiras instituições a atenderem pessoas com deficiência, surgiram a partir da mobilização da comunidade, frisando a omissão do poder público. Entretanto, mesmo com estas omissões, as instituições obtinham a parceria do governo, recebendo incentivos econômicos provenientes de recursos da Assistência Social em âmbito federal.

Em 1971 é outorgada a segunda LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 5.692, que veio para garantir a todos os alunos o acesso à escola e definiu como clientela da educação especial alunos com superdotação,

deficiências físicas e/ou mentais e os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade e seu estágio de escolarização.

Em 1973, a partir do Decreto nº 72.425, foi criado o primeiro órgão do governo federal, responsável pela definição de políticas de inclusão, o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial). A partir daí se inicia a implantação, de alguns setores nas secretarias estaduais de educação, com o objetivo de administrar o repasse de verba feita pelo CENESP.

Desta forma, podemos afirmar que a década de 70 foi marcada pela institucionalização da educação especial no Brasil.

Com o aumento da quantidade de instituições, fez-se necessário definir bases legais e técnico- administrativas, para o avanço da educação especial no Brasil, tanto quanto o incremento na formação de profissionais preparados para atenderem os alunos especiais e assim, no final da década de 70, foram disponibilizados os primeiros cursos formativos aos professores, a nível superior e primeiros programas de pós-graduação, dedicados à área de educação especial.

Ao final do Governo Militar, a CENESP, passou a ser SESPE (Secretaria de Educação Especial), a partir 21 de novembro em Decreto nº 93.613 também, foi instituído um Comitê Nacional, para tratar especificamente de políticas relacionadas à educação especial.

Logo a seguir, em 1988, houve a criação da Constituição Federal Brasileira, onde no artigo nº 208 é assegurado que a educação de pessoas com deficiência deve ocorrer “preferencialmente” na rede regular de ensino e também garantiu o direito ao AEE (Atendimento Educacional Especializado).

No ano seguinte, outorgou-se a Lei nº 7.853 de 24 de Outubro, que instituiu como obrigatória e gratuita a oferta de vaga ao educando com deficiência, nas escolas especiais, privadas e públicas.

Vindo ao encontro da Constituição de 1988, foi criado o ECA (Estatuto da Criança e do adolescente), em 1990 a partir da Lei nº 8.069, onde no artigo 53 se outorga que toda criança e adolescente tem direito à educação.

É baseado na Declaração de Salamanca, proclamada em 1994, por 25 organizações internacionais, redigida, durante a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca na Espanha, onde surgiu o termo inclusão escolar, que o Brasil, reformula suas políticas de educação especial a parti da criação de uma Política Educacional Especial no mesmo ano de 1994.

Respectivamente, em 1996, por meio da influência internacional em torno do princípio da educação inclusiva, foi criada a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394), onde no artigo 59 é assegurada uma série de direitos aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Foram por volta de 30 anos, onde as políticas de educação especial eram baseadas pelo princípio da “integração escolar”. Na década de 90, passando a ser influenciado pelos movimentos internacionais, o Brasil necessitou repensar a educação especial a partir então da perspectiva da “educação inclusiva” ou “inclusão escolar”.

No ano de 2001, foi aprovado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso o PNE (Plano Nacional de Educação) previsto em Lei nº 10.172 de 9 de Janeiro, onde foi determinado o período de uma década para cumprimento de metas na área da educação.

Ainda neste mesmo ano e por intermédio do mesmo Presidente foi criado o Parecer do MEC (Ministério da Educação) nº 17/2001, onde foram definidos alguns padrões de atendimento ao aluno com NEE (Necessidade Educacional Especial), onde foram definidos importantes padrões operacionais, como serviço de apoio pedagógico especializado; adequações curriculares e terminalidade específica.

Também em 2001 o Congresso Nacional aprovou o texto da convenção Interamericana, através do Decreto 3.956 de 8 de Outubro, que tem como objetivo as eliminações de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência (termo presente no documento).

No ano seguinte, dia 18 de Fevereiro, foi aprovada a Resolução nº 1, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores do CNE (Conselho Nacional de Educação), onde acho pertinente destacar no Artigo 2 que garante o preparo dos professores para “o acolhimento e o trato da diversidade”. Também neste ano foi aprovada a Portaria nº 2.678 do Ministério da Educação, que trouxe questões específicas de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e Sistema Braille.

No ano de 2002, uma grande conquista para a Comunidade Surda e sua Cultura, a aprovação da Lei nº 10.436 de 24 de Abril que instituiu a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como meio legal de comunicação e expressão.

Em 2003, seguindo as orientações da ONU (Organização das Nações Unidas), foi criado o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade que promoveu a formação continuada de 94.695 educadores e gestores das redes estaduais e municipais, com o objetivo de prepará-los, para que fossem então capazes de oferecer educação especial, na perspectiva de educação inclusiva.

O Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, decreta as normas e critérios de promoção à acessibilidade das pessoas com deficiência, trazendo o conceito de acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou como mobilidade reduzida”.

Um grande passo para a formação de professores foi a aprovação do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, onde foi decretada a obrigatoriedade da inserção de LIBRAS, como disciplina dos currículos dos cursos, para formação de professores nos níveis médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia, em todo o território brasileiro.

Em 2007, veio para trabalhar com a questão da acessibilidade e infraestrutura das escolas, sala de recursos multifuncionais e formação docente o novo PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Também neste ano foi aprovado o Decreto nº 6.094 de 24 de Abril, onde foi destacado o atendimento às necessidades educacionais especiais.

No ano seguinte, tivemos um grande avanço, no que refere à políticas públicas de inclusão, pois foi elaborado um documento que traçou o caminho do processo inclusivo no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial da Perspectiva da Educação Inclusiva, que organizou e norteou as intervenções à cerca da educação inclusiva, onde foram enfatizados, público alvo de atendimento educacional especializado, a função do atendimento educacional especializado e o papel do profissional responsável.

Neste mesmo ano houve a aprovação do Decreto nº 6.571, que dispôs sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e reforçou a orientação sobre que o AEE deve estar integrado ao PPP (Plano Político Pedagógico).

Tão importante quanto, foi também a aprovação da Convenção sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, pelo Decreto 6.949 de 25 de Agosto de 2009,

onde entre importantes definições, foi decretado o direito de acesso da pessoa com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de educação.

Ainda referente ao AEE, em 2009, Resolução nº 4 de 2 de Outubro, regulamentada pelo Decreto nº 6.571/2008, instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que o AEE deve ocorrer no contraturno.

No ano de 2011, foi lançado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, com o objetivo de proporcionar os direitos a cidadania e oportunidades a todas as pessoas. O Viver sem Limites tem como base a construção de políticas públicas, engajadas nos eixos de Atenção à Saúde e Acessibilidade, Inclusão Social e acesso à educação.

Três anos depois desta resolução, foi aprovada a Lei nº 12.764, que traz a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, onde são definidos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, sendo importante destacar que, dentro do artigo IV, consta garantido o direito ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

Em 2013, após a extinção do Curso de Graduação em Educação Especial, antes oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria, foi implementado um programa de formação inicial de professores pela internet, a partir da Plataforma Freire, tendo como objetivo facilitar e acelerar o processo capacitação dos professores da rede pública.

Referente ao AEE é relevante destacar que em 2014, na Nota Técnica nº 4, de 23 de Janeiro, expedida pelo Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Diretoria de Políticas de Educação Especial, foram reforçados novamente critérios de acesso ao atendimento educacional especializado, como público alvo, a não obrigação de apresentação de laudo médico, entre outros.

Em 2015, a Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, veio para reforçar os direitos à inclusão das pessoas com deficiência e para instituir a obrigatoriedade de aceite de ingresso de pessoas com deficiência à rede privada de ensino, o que causou grande discussão entre as instituições privadas alegando que esta lei representavam a violação do artigo 208, inciso III, onde consta como dever do Estado ofertar o atendimento educacional aos deficientes.

Um ano depois, a Nota Técnica nº 35, expedida pelo Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Diretoria de Políticas de Educação Especial, informa sobre a Portaria nº 243 de 15 de Abril de 2016, que estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, especializadas em educação especial.

E em 10 de Janeiro de 2017, é aprovado o Decreto 8.954, onde é decretada a criação do Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Avaliação Unificada da Deficiência, com a finalidade de criar instrumentos para a avaliação biopsicossocial da deficiência e estabelecer diretrizes e procedimentos relativos ao Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

É gratificante ver que o movimento pela educação inclusiva é dinâmico e crescente, proporcionando o avanço do processo inclusivo no Brasil, mesmo que a “passos curtos”, pois a legitimação política dos direitos das pessoas com deficiência é a peça chave, para a continuidade e sucesso deste processo.

2.2 POLÍTICAS DO AEE (ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) E DE FUNCIONAMENTO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Para falar das políticas do AEE e de funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais é imprescindível retomarmos a Constituição Brasileira em 1988, onde no artigo nº 208, inciso III, consta: “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Este simples advérbio “preferencialmente”, que indica no texto da Constituição que há preferência pelo atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, traz logo a concepção de que é facultativa a escolha de prestar esse atendimento na rede regular de ensino e acaba por criar uma lacuna no entendimento do que realmente deve ser feito.

Utilizo este termo “lacuna”, pois é evidente que, caso o atendimento educacional especializado não ocorra na rede regular de ensino, então temos aqui ao invés de um processo inclusivo, a presença de um processo exclusivo.

É entendido que não há inclusão sem que haja a exclusão, assim como pensa a autora Maura Corcini Lopes:

Embora a inclusão seja lida como o oposto da exclusão, ela só existe de também existir a exclusão. Uma é condição necessária para a existência da outra. Inclusão e exclusão “estão tão imbricadas que, talvez, devessem compor uma única palavra ou uma única unidade de sentido “in/exclusão” (Lopes, 2007, p.57 apud Lopes, 2004, p.10)

Mas, temos que ficar atentos às manobras necessárias, para que essa “lacuna exclusiva” esteja menos presente possível, no processo de inclusão escolar.

Em 1996, se aprovou a Lei nº 9.394, a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), onde no Artigo 59 traz:

O Poder Público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

A partir disto, então, foi tornado possível um maior controle sobre o ingresso de alunos portadores de necessidades educacionais especiais à educação básica e superior. Isso claro se deu também, pela necessidade de um levantamento estatístico destes alunos matriculados, para organizar a distribuição de verbas destinadas à inclusão escolar.

Na Resolução do MEC nº 17 do ano de 2001, é trazida a sistematização do atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais na educação básica, destacando dez recomendações aos sistemas de ensino e educação.

1. Implantar a educação especial em todas as etapas da educação básica;
2. Prover a rede pública dos meios necessários e suficientes para essa modalidade;
3. Estabelecer políticas efetivas e adequadas à implantação da educação especial;
4. Orientar acerca de flexibilizações/adaptações dos currículos escolares;
5. Orientar acerca da avaliação pedagógica e do fluxo escolar de alunos com necessidades educacionais especiais;
6. Estabelecer ações conjuntas com as instituições de educação superior para a formação adequada de professores;
7. Prever condições para o atendimento extraordinário em classes especiais ou em escolas especiais;
8. Fazer cumprir o Decreto Federal nº 2.208/97, no tocante à educação profissional de alunos com necessidades educacionais especiais [posteriormente, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CEB no. 16/99 e a Resolução CNECEB no. 4/99];
9. Estabelecer normas para o atendimento aos superdotados; e
10. Atentar para a observância de todas as normas de educação especial.

Em 2003, seguindo as recomendações da ONU, foi criado o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que possibilitou a 4.695 educadores e gestores das redes estaduais e municipais as formações, com o objetivo de prepará-los para atender os alunos de educação especial a partir da perspectiva da educação inclusiva.

No ano de 2007 o MEC divulga então, o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, um documento muito importante e norteador para as escolas e equipes pedagógicas, por trazer o esclarecimento, sobre como deve ser organizada uma sala de recursos multifuncionais, nos âmbitos de público alvo a ser atendido, estrutura de projeto político pedagógico, perfil desejado do profissional que fará os atendimentos, condições para implantação, recursos financeiros, imobiliário, materiais didáticos e assistivos e organização dos atendimentos.

No ano seguinte, em culminância com a criação do Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, foi aprovado o Decreto 6.571, que dispôs sobre o AEE (Atendimento Educacional Especializado), reforçando a orientação sobre que o AEE deve estar integrado ao PPP (Plano Político Pedagógico), onde no 2º parágrafo fala sobre o principal dever do AEE: “2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas”.

E referente ao AEE, em 2009, a Resolução nº 4 de 2 de Outubro, regulamentada pelo Decreto nº 6.571/2008, instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

Nessa Resolução, no 2º artigo, é definida a função do AEE, como “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. Reforça a definição do público alvo do atendimento educacional especializado, no artigo nº4, como aqueles alunos que são deficientes por natureza física e/ou mental,

alunos com transtornos globais do desenvolvimento¹ e alunos com altas habilidades/superdotação e no artigo nº 10 declara que o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola de ensino regular deve prever a oferta do AEE.

Em 2014, na Nota Técnica nº 4, de 23 de Janeiro, expedida pelo Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Diretoria de Políticas de Educação Especial, onde foram reforçados novamente os critérios de acesso ao atendimento educacional especializado e tão quanto importante informou a não obrigatoriedade de apresentação de laudo médico, para que o aluno recebesse o AEE.

Essas são as principais políticas relacionadas ao AEE e à Sala de Recursos Multifuncionais.

Baseando-se nessas leituras, podemos sintetizar então, a definição de como deve ser a Sala de Recursos Multifuncionais e o AEE da seguinte maneira abaixo:

Sala de Recursos Multifuncionais- Ambiente preferencialmente localizado no espaço físico da escola, destinado ao AEE.

Esta sala que desenvolve o AEE deverá possuir espaço físico exclusivo, equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, conforme está previsto em Manual de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Vide Anexo B. Também deverá possuir disponível, profissional que deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial, conforme é estabelecido em artigo nº12 de Resolução CNE/CEB n.4/2009.

A logística do funcionamento deverá respeitar alguns critérios como: •Ocorrer no turno inverso e ofertado aos alunos público alvo, ou seja, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular que fará os atendimentos todas as atribuições previstas em artigo nº 13 da Resolução nº 4 de 2 de Outubro, regulamentada pelo Decreto nº 6.571/2008. Vide anexo A.

¹ Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no seu desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição, alunos com Síndrome do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

2.3 SIR (SALA DE INTEGRAÇÃO E RECURSOS) EM PORTO ALEGRE

Considerando que a pesquisa foi realizada, no município de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, no qual a SIR (Sala de Integração e Recursos) é anterior ao Edital nº 01, de 26 de abril de 2007, Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, acredito ser imprescindível que façamos uma passagem pelo processo histórico das SIRs.

Tendo em vista que, as SIRs são anteriores às prerrogativas do MEC de 2008, no que se refere às políticas de inclusão, podemos então, considerar que esta foram precursoras, na disposição dos serviços de atendimento educacional especializado.

Para este entendimento, fazemos um recorte histórico, trazendo, as principais ações que foram realizadas para o surgimento e funcionamento das SIRs.

O exercício da inclusão na RME (Rede Municipal de Educação) de Porto Alegre caminhou sempre paralelo ao processo de luta aos direitos dos portadores de deficiência desde a década de 70.

O primeiro trabalho inclusivo na educação, que a RME ofereceu à comunidade escolar, foi o da criação das classes especiais, destinada ao atendimento dos alunos portadores de deficiência mental, que não demonstravam capacidade de se integrar às turmas regulares de ensino na primeira série.

Através de parcerias firmadas com Associação de Pais e Amigos dos excepcionais e diferentes entidades assistenciais, a RME, prestava esse atendimento de forma indireta. Assim, desta maneira, em 1989, vinte e uma classes especiais já funcionavam, mas em 1992, por razão de uma nova organização de trabalho, foram redimensionadas para seis classes especiais.

Essa redução de classes especiais, gerou um pensar, que perpetua até os dias atuais, de uma escola como Escola Cidadã, onde se deve proporcionar o aprendizado a todos de forma integrada.

A assessoria aos profissionais envolvidos neste atendimento era realizada por duas equipes, a Equipe Psicopedagógica (EP) e Equipe Interdisciplinar de Apoio (EIA), uma criada em 1990, com a função de apoiar a rede regular de ensino e a outra, atuava realizando a avaliação dos alunos e assessorando as escolas especiais, ambas sendo partes da Divisão de Assistência ao Educando (DAE).

Com a assessoria destas duas equipes, o caminho que o aluno percorria era o seguinte:

- O aluno Portador de Necessidades Educativas Especiais (PNEE), não pertencente à RME, ingressava na classe especial e /ou espaços de integração, através da avaliação do EIA;
- Os alunos já pertencentes à RME, recebiam o acompanhamento do professor de sua série, do professor de classe especial e acompanhamento da EP, que juntos definiam a melhor maneira de fazer a inserção escolar.

Na primeira gestão que foi de 1989 a 1992, baseada na proposta construtivista, disponibilizou uma intensa formação de professores por meio de jornadas de estudos nas escolas, palestras, cursos e seminários.

Através destas formações, os professores conquistaram aos poucos a autoridade, no que se refere à indicação pedagógica do aluno, de que forma deveria ser feito seu manejo. Com isso, houve uma descentralização do pensar o aluno de uma forma mais clínica, onde seu desempenho era visto por uma visão mais neurológica e em que eram os profissionais da saúde que direcionavam ou não o aluno às classes especiais, para um pensar o aluno pedagogicamente, onde os professores autorizados a falar e pesquisar sobre as necessidades especiais de seu aluno passaram a ser atuantes do direcionamento deste, em seu processo de inserção.

Também, a partir, destas formações que foram disponibilizadas, com maior conhecimento técnico, os professores das séries iniciais, passaram a compartilhar, junto ao professor de classe especial, a responsabilidade sobre o processo de alfabetização do aluno PNEE, assim as classes especiais passaram a atender somente aqueles alunos necessitavam efetivamente de uma proposta de trabalho diferenciada, com maiores dificuldades, vindos de escolas especiais, servindo com porta de entrada da integração destes à RME.

Com o pensamento construtivista e a melhor formação profissional dos professores, houve o abalo da estrutura tradicional da educação, levantando questionamento quanto à permanência da existência de escolas especiais ou não, causando a abertura de discussão na RME, sobre os efetivos resultados e avanços dos alunos PNEE, revertendo o processo de exclusão destes.

Na sequência, o que aconteceu foi à recolocação dos problemas de aprendizagem para dentro escola, junto da pressão, vinda dos familiares dos alunos

portadores de necessidades educativas especiais para que houvesse na prefeitura, a ampliação do atendimento, na perspectiva do respeito à diferença.

A partir destes movimentos, em 1998, com a descentralização da avaliação dos alunos, houve a aproximação entre as escolas e as famílias, gerando um redimensionamento escolar, oportunizando mais vagas nas escolas especiais.

Como resultado destas mudanças, entre os anos de 1993 e 2000, anos da segunda e terceira gestão da Administração Popular, se concretizaram mudanças maiores, aumentando a exigência e comprometimento dos professores da rede e da assessoria às escolas, por passarem a trabalhar numa proposta de trabalho mais comprometido política e pedagogicamente, em parceria com a comunidade, através do Orçamento Participativo², fazendo assim uma sinergia entre, profissionais que atendem, comunidade escolar e cidade de Porto Alegre.

Ainda neste período, mais precisamente no ano de 1993, a Secretaria Municipal de Educação (SMED), foi reestruturada, sendo dividida em duas supervisões e mais tarde, em 1997, as coordenações foram divididas por nível de ensino: educação infantil, educação especial, fundamenta e 2º Grau e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com esta reestruturação foi possível, uma melhora na atenção na construção de políticas, em toda a rede de ensino, incluindo a educação especial, com um olhar mais específico para cada causa.

Com o aumento do número de alunos com portadores de necessidades educativas especiais na rede regular, passou a ser necessária um olhar mais atento à política de atendimento, para estes alunos integrados, pois este era um ponto ainda falho.

Então, durante a segunda gestão da Administração Popular, foi pensada a implementação de uma nova forma de atender os alunos portadores de necessidades educativas especiais nas escolas, chamada SIR- Sala de Recursos Multifuncionais e em 1995, esta modalidade de atendimento foi implementada, tendo sua coordenação pela equipe de educação especial, com a regionalização dos Núcleos de Ação Interdisciplinar- NAI, de Porto Alegre, no exercício da construção de políticas norteadoras, para os PNEEs, no âmbito da saúde, assistência social, cultura, cultura, etc.

² O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade.

Primeiramente, a SIR foi implementada em quatro escolas, de forma geográfica estratégica, sendo uma para cada zona, leste, sul, norte e oeste, visando atender todas as regiões do município de Porto Alegre.

Atualmente, há 61 salas de integração e recursos em funcionamento, no município de Porto Alegre, segundo informação por parte da Diretoria Pedagógica da SMED.

3 METODOLOGIA

Para esta pesquisa utilizei o método qualitativo, aplicando uma abordagem etnográfica em paralelo com análise de discurso.

Os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (Richardson, (1999, p.80).

No uso da técnica etnográfica em uma pesquisa, é possível ter um olhar bem próximo à realidade do meio pesquisado, através de entrevistas, observações, interpretação de falas e anotações de campo.

Como processo, a etnografia envolve observações ampliadas do grupo, mais frequentemente por meio da observação participante, em que o pesquisador mergulha nas vidas diárias das pessoas e observa e entrevista os participantes do grupo. (Creswell, 2014, p.82).

No estudo etnográfico, onde é preciso fazer a reflexão, sobre as informações coletadas, acho importante aplicar análise de discurso, sobre as respostas tidas a partir das entrevistas realizadas, bem como as falas soltas, dos envolvidos na pesquisa, que podem ser incluídas nas anotações de campo.

3.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA

São participantes dessa pesquisa, profissionais que fazem o atendimento em salas de recursos multifuncionais, localizadas em escolas da rede pública de ensino, situadas no município de Porto Alegre- RS.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DAS INFORMAÇÕES

Para a coleta de dados utilizei o método qualitativo através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, realizadas pessoalmente; observações de intervenção pedagógica dos profissionais entrevistados em Sala de Integração e Recursos e anotações de campo.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Como procedimento de análise de informações, utilizei a técnica etnográfica, fazendo uma triangulação das anotações de campo, transcrições das entrevistas e reflexão sobre a relação do material bibliográfico consultado com o que consegui absorver em pesquisa de campo. Juntamente, também utilizei a técnica de análise de discurso.

A partir destas duas técnicas identifiquei duas categorias de análise que serão discutidas separadamente, em forma de blocos temáticos, no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Através da triangulação etnográfica entre entrevistas transcritas, observações, anotações de campo e análise de discurso sob as entrevistas e falas anotadas, durante a pesquisa de campo, foram identificadas duas categorias de análise que, a seguir, serão discutidas separadamente.

Para uma melhor reflexão e análise desta e da seguinte categoria e também, para que haja melhor desdobramento dos temas, estas foram divididas em três blocos temáticos.

Os blocos temáticos de cada uma das duas categorias foram escolhidos a partir da análise do material coletado em pesquisa, considerando a relevância do que foi encontrado nas respostas às entrevistas, o que foi observado, durante as observações e das anotações realizadas sobre estas, tendo como foco, alcançar os objetivos desta pesquisa já mencionado em resumo.

4.1 DA PROFISSIONAL QUE REALIZA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Esta categoria de análise se desenvolverá dividida em três blocos temáticos, que terão como enfoque de discussão, o perfil da profissional que realiza o atendimento educacional especializado, nas Salas de Recursos Multifuncionais.

São estes:

- Como a profissional percebe a comunidade escolar a qual está inserida;
- Como vê a expressão e/ou a validação de seu trabalho;
- Expectativas e Descontentamentos.

4.1.1 Como a Profissional Percebe a Comunidade Escolar a Qual Está Inserida

Analisando as respostas às perguntas que fiz na entrevista, foi possível perceber que ambas as entrevistadas têm uma boa percepção da comunidade escolar em que estão inseridas e isso às beneficia no manejo, tanto com os alunos atendidos nas SIRs, bem como com as famílias destes alunos.

A profissional 1, por estar atendendo na escola atual a menos de um ano, considera que ainda está em um processo de adaptação, mas que já observa

avanços em sua relação com os alunos e familiares destes, como podemos observar em sua seguinte fala: *“acho assim, que um dos principais objetivos assim, era conseguir vínculo com as crianças e o vínculo com as famílias, néh assim, têm a questão dos professores também... então acho que o trabalho tá andando.”*

A profissional 2, por estar a mais tempo atendendo a mesma escola, já possui uma conexão mais forte com esta, professores, alunos e suas famílias e frisa em sua fala que sente que a comunidade escolar está sendo prejudicada com a atual gestão política, trazendo a angústia dos professores e os prejuízos que vem tendo na prestação do atendimento especializado em sua SIR, conforme podemos identificar em suas falas abaixo:

“Quatro horas de atendimento a menos por semana, o negócio é que agora, eu tô tendo que atender esses 25 nesse espaço curto. Porque antes eu tinha assim, um período, dois períodos, que eu podia deixar pra poder sentar e conversar com os professores, não tenho mais, então assim, e se falta, ou se na reunião lá, que elas organizaram eu consigo entrar, então é complicado, não, é complicado aí tu pega assim... quando falta néh... ah bom, agora esse horário faltou, eu vou lá na sala dos professores, vejo quem dos professores tem aluno que eu atendo, que tá lá, né, na sua hora atividade, cato pra poder conversar, e é complicado, e aí tem a angústia dos professores, e aí acabam te procurando na hora do recreio, lá na sala dos professores, eu não converso a respeito dos alunos, lá dentro da sala dos professores, porque acho que não... não é um circo que.... essa não assessoria mais que a gente tem, faz muita falta, essa questão, tudo bem, a gente ainda tá conseguindo fazer o regional, mas de ter as reuniões gerais, porque o trabalho da SIR, não pode ser assim...”

Considerando as falas das entrevistadas, é possível observar que a entrevistada 1, por estar a menos tempo na escola, considera já como um bom avanço, a questão do relacionar-se com a comunidade escolar, de forma saudável, mas a segunda entrevistada, por já ter conquistado essa ligação com a comunidade escolar a bem mais tempo, desloca sua atenção, ao que está prejudicando esta comunidade, neste caso a questão da organização política das SIRs.

No bloco seguinte, essa preocupação com a gestão política das SIRs, começará a ficar mais evidente, nas falas das entrevistadas.

4.1.2 Como a Entrevistada Vê Seu a Expressão E/Ou Validação de Seu Trabalho

Dentro das respostas às perguntas das entrevistas realizadas com as profissionais 1 e 2, ficou evidente a presença de uma mistura de sentimentos, pois

se por um lado, ambas trazem que seu trabalho é respeitado e bem visto pela comunidade escolar, por outro, elas afirmam, sentirem-se desvalorizadas, como profissionais e desassistidas, no âmbito político e organizacional.

A profissional 2, traz em sua fala bastante tristeza, com a sua desvalorização profissional e respectivamente de seu trabalho, por parte da secretaria municipal de educação, que vai contra o respeito e reconhecimento de sua trajetória dentro da escola.

*“eu acho que a gente tá correndo sempre atrás do que se perde, a gente tem perdido muita coisa em termos trabalho néh... ah...é triste assim eu acho bem triste... apesar de ver assim, que a SIR ainda é um setor, um serviço que é bem respeitado, dentro das escolas...
...eu acho que a gente teve muitos retrocessos... muitos, e eu sinto isso, que a nossa briga por espaço agora, deixou de ser dentro da escola, néh... que antes tava numa coisa mais estável, e agora a gente tem uma briga por espaço dentro da própria secretaria, de afirmar... de afirmação de um trabalho, néh... dentro da própria secretaria...”*

Já a profissional 1, apesar de estar otimista com seu processo de inserção na nova escola, destaca seu descontentamento também com a sua desvalorização profissional, pela atual gestão política do município, por conta principalmente da ausência de reuniões e junto fala sobre como sente também pelos seus colegas de profissão.

“Então assim, o trabalho da SIR tem sido um desafio pra mim néh... mas acho que a cada dia eu vejo que eu tô indo pelo... eu tô andando pelo passo certo assim, mas esse ano eu tô vendo assim... ai, é uma adaptação, preciso me adaptar a esse trabalho néh... mas a gente tem conseguido assim, bastante coisas néh...”

“...isso é uma das coisas que tá dificultando bastante o trabalho assim e...não só da SIR néh da rede toda, tudo e tá todo mundo trabalhando muito chateado assim, sabe as pessoas tão fazendo as coisas assim, por... por...por que são responsáveis, por que tem que ser feito, mas as pessoas estão muito, muito...muito...muito desgostosas assim sabe, porque assim oh... porque mexeu muito, muito com a vida das pessoas nas as escolas assim néh...ah...mal chegaram em fevereiro e eu não tava néh... ah... néh, e eu não tava na fundamental, eu tava começando a fundamental, mas várias coisas néh... assim, mexeu muito no início do ano, e assim oh, todo o tempo se mexe muito com os nervos das pessoas, as pessoas estão muito estressadas..”

O que podemos observar, neste bloco temático é a semelhança, na fala das duas profissionais entrevistadas, no que se refere a ver seu trabalho, como um caminho a percorrer com muitos desafios a serem superados, principalmente, no

âmbito da organização da rede de apoio ao trabalho das SIRs. Na sequência virá o bloco temático que trará com mais vigor, os descontentamentos, oriundos destes desafios e as expectativas destas profissionais, sob suas dificuldades.

4.1.3 Expectativas e Descontentamentos

Sem dúvida nenhuma, esse bloco é o que mais tem material de transcrição, uma vez que durante vários momentos, nas respostas das profissionais, durante as entrevistas, estas falaram sobre suas expectativas e descontentamentos.

Dentro das expectativas elas trouxeram a esperança de que se estruture novamente um setor dentro da SMED, destinado a organização e atenção à educação especial, respectivamente proporcionando um suporte profissional mais presente nas SIRs, e formulação de políticas públicas atualizadas. Também falaram que a falta deste setor e do espaço para reuniões, tendo como pauta a educação especial é o que dificulta, empobrece o trabalho e desmotiva os profissionais, não só das SIRs, mas também os demais professores.

Isso é bem perceptível nas seguintes falas:

“O que aconteceu néh...assim... a gente teve um desmonte assim, de todo um trabalho da própria SMED assim, néh... uma outra visão, e aí assim o que que aconteceu... os vários setores que estavam organizados se desorganizaram, e eu acho que... eu acho não, tenho certeza que a educação especial foi uma, porque assim oh... tinha muita formação néh...tinha uma linha que tu seguia néh, assim... a é isso, um plano de ação, um plano de e a própria concepção do trabalho, entende? Assim... hoje a gente não tem um norte...”

FALA DE PROFISSIONAL 1

Isso fica muito mais tácito na fala da segunda profissional, tendo em vista sua segurança ao responder o questionamento da entrevista, muito por sua longa trajetória na rede municipal de educação e seu nítido sentimento de descontentamento com as condições atuais de trabalho, na rede, se comparado com os outros demais anos em que atuou na mesma, no atendimento educacional especializado, mesmo antes de entrarem em vigor o Edital nº 01, de 26 de abril de 2007, Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais.

“Acho que os desafios em relação da SIR com as políticas públicas são muitos...muitos!”

“Isso sempre foi uma coisa... uma briga não, mas uma demanda assim, da questão das políticas públicas, políticas públicas claras, com relação à educação, isso faz tempo que a gente não tem. A gente em termos de políticas municipais, assim, a gente faz tempo que não tem algo claro, com relação, é isso.”

“...então eu acho assim, a assessoria pros professores da SIR é fundamental, néh... e isso é uma coisa que a gente deixou de ter e esse espaço de reunião pedagógica nas escolas, que pro trabalho com os alunos, não só a entrada do educador especial nessas reuniões, mas pro próprio trabalho do professores, dentro da sala de aula. Essa questão de sem união é algo que empobrece infinitamente... infinitamente.”

FALA DE PROFISSIONAL 2

No que se refere à importância das políticas públicas norteadoras, para que se haja uma boa organização da forma de atender os alunos, é importante pensarmos que, para que haja condições de se desenvolver um trabalho íntegro e correto é imprescindível que haja uma base política norteadora, coesa e forte. Assim sugere abaixo o trecho escrito por Ângela e Roberto:

Partimos do pressuposto de que as orientações e as exigências presentes nas políticas educacionais prescrevem, em algum nível, o desenvolvimento das atividades cotidianas das unidades escolares. Nesse sentido, compreender as formas pelas quais as políticas incidem nas instituições escolares permite estabelecer considerações fundamentadas sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho nelas realizado (trabalho escola). (LARA, Ângela Mara de Barros; DEITOS, Roberto Antonio (Org.). Políticas educacionais: um exame de proposições e reformas educacionais. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.p. 292)

Referindo as expectativas destas professoras - ambas, destacam o quão seria beneficiária a volta de um setor dentro da SMED, responsável pela educação especial, definindo políticas públicas claras e oferecendo a assessoria adequada aos profissionais das SIRs e demais professores, que atendem alunos ditos de inclusão.

É possível vermos esses elementos dentro das falas das profissionais 1 e 2 nos trechos a seguir:

“O secretário quando esteve aqui no primeiro semestre na escola, ele veio conhecer a sala, não conhecia, não sabia nem da existência do trabalho. E aí eu conversei com a cabeça lá que... que... que dirigi que é a “x” (assessora da diretoria pedagógica), falando com ela e aí a resposta que eu tive eu digo: -Olha, estamos fazendo assim, assim e assim, estamos nos auto-gerindo, porque desapareceu o setor de educação especial da SMED, e a gente não tem referência nenhuma, estamos fazendo, como nós sempre fizemos...”

FALA DE PROFISSIONAL 2

“Então acho que assim, a gente espera também que, essa coisa maior néh, que essa coordenação maior do trabalho da SIR na SMED, isso melhora também néh. Então acho que isso assim, essa coordenação, do trabalho da SIR geral assim, sabe essas... essas...esse norte, essa organização esse...como é que eu vou te dizer... que fique cada vez mais costurada essa coisa da SIR néh.”

FALA DE PROFISSIONAL 1

Se faz presente na fala das professoras, a vontade de fazer um trabalho melhor dentro da escola e paralelamente um sentimento de impotência, por não receber o apoio necessário para isso, o que acaba por prejudicar que de fato aconteça a inclusão no espaço escolar.

A inclusão no espaço escolar, além das ações de ensino-aprendizagem circunscritas à escola, pressupõe mudanças em inúmeros aspectos, dentre os quais: a acessibilidade física e atitudinal; a melhoria da qualidade na formação dos professores (inicial e continuada); revisão do papel político-social da escola, particularmente no mundo “globalizado”; previsão e provisão de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros; valorização do magistério; vontade política para reverter as condições materiais de funcionamento das escolas brasileiras; e uma rede de suporte ao professor, aos alunos e aos seus familiares. (CARVALHO, 2008. p.100).

Na sequência, entraremos na categoria de análise que se refere especificamente às Sala de Recursos e seu funcionamento atual, com seu desenvolvimento estando também dividido e blocos temáticos.

4.2 DA SALA DE RECURSOS

Nesta categoria de análise, dividida em três blocos temáticos, serão trazidas as reflexões dos resultados obtidos, referentes ao funcionamento atual das Salas de Recursos Multifuncionais.

São estes:

- Sua atual administração: infraestrutura, Recursos materiais e verbas disponibilizadas;
- Como são organizados e realizados os atendimentos;
- Do papel e da importância da Sala de Recursos Multifuncionais para comunidade escolar.

4.2.1 Sua Atual Administração: Da Infraestrutura, Recursos Materiais e Verbas Disponibilizadas

Em ambas as salas visitadas, observei uma boa infraestrutura, com mobiliários, equipamentos eletrônicos e materiais de expediente, adequados, diferindo-se apenas no espaço físico disposto, pois a primeira sala, onde entrevistei a profissional 1 possuía menos da metade do tamanho da segunda sala, onde entrevistei a profissional 2, como mesmo esta profissional relata em uma de suas respostas.

“... essa tua primeira pergunta, se ela tá adequada e se eu considero que ela venha de encontro com os padrões, é que depende, nos padrões da prefeitura ela é uma sala sim, é uma sala modelo assim, do que é o trabalho da prefeitura néh é diferente aqui da outra profissional que tem aquela micro sala, por que aqui eu tenho um espaço, eu tenho alunos que tem hiperatividade, que eu preciso de um trabalho, de uma coisa mais ampla, e aí quando tem uma micro sala que a criatura não consegue nem circular direito néh...”

Ainda, no que se refere à infraestrutura, as SIRs que visitei se diferem principalmente, pelo espaço físico, em virtude de que a SIR, onde atua a profissional 2, foi umas das primeiras SIRs implantadas na rede municipal de Porto alegre, assim sendo, foi previamente destinada uma sala com boa proporção física, para prestar este atendimento à escola. A escola 1 recebeu a sala da SIR quando houve a divisão de RHs de educadoras especiais e naquele momento o espaço que dispunha para a SIR não foi especificamente projetado para o AEE, o que difere muito da escola 2. Pois como já foi dito acima, a escola 2 recebeu a SIR logo da implantação desta política na Rede Municipal de Ensino/POA, conforme sugere resposta da entrevistada 1, que trago abaixo:

“Todas as salas são menores, a SIR, começou com polo e aí depois vieram pra cá e cada escola se adaptou com espaço que tinha néh... então sobrou esta sala assim... pra trabalhar uma pessoa, agora se vier uma outra pessoa, daí já fica difícil néh, trabalhar de duas...”

Quanto à disponibilização de verba, segundo respostas das entrevistadas, atualmente as SIRs recebem da SMED, uma verba trimestral no valor de R\$250 cada.

Ambas as profissionais de referiram com descontentamento, ao valor oferecido, pois acreditam ser um recurso financeiro muito pequeno, se comparado à demanda que a SIR apresenta. Esta verba, segundo elas, deve ser utilizada para compra de materiais de expediente, compra de jogos e brinquedos, manutenção de aparelhos eletrônicos, prateleiras, etc.

Abaixo trago um pequeno recorte das falas destas profissionais, quando questionadas, sobre o tema deste bloco temático.

“... e de infraestrutura, assim, mais de questões assim, a SIR, tem um bom material assim de trabalho néh... a gente tem néh... e a gente recebe a ver da escola que é trimestral, néh...a gente tem no valor de R\$250,00 por trimestre, pra comprar alguma coisa, assim... daí a manutenção é a própria SMED que faz, aí assim, tem o setor da SMED que é manutenção, tu liga pra lá, pede o serviço e eles vem fazer, néh, que também é pra todas as escolas, e tem algumas coisas, tipo estofar cadeira, que tem que ser com a verba da escola, o estofamento da cadeira, colocar uma cortina nova e comprar, e agora com essa verba nova, eu to pedindo uma prateleira, pra organizar, aquelas coloridinhas sabe, e organizar aqui. Então, tudo vai indo devagarinho assim.”

FALA DE ENTREVISTADA 1

“... a gente recebe por trimestre R\$250,00, pra compra de material permanente e de consumo, eu de material permanente felizmente eu já tava equipada eu uso pro material de consumo mesmo, porque R\$250,00 por trimestre de permanente tu não compra nada néh...”

FALA DE ENTREVISTADA 2

Desta forma, podemos observar dentro da fala das entrevistadas, a presença de um grande descontentamento, quanto ao valor que é oferecido de verba trimestral para as SIRs, se formos considerar as necessidades que existem, em ambas as escolas, para realizar a manutenção e melhora da Sala, a fim de manter uma boa infraestrutura, para oferecer condições de receber e atender bem os alunos que frequentam o espaço.

4.2.2 Como São Organizados e Realizados os Atendimentos

Os atendimentos nas SIRs, são realizados em turno inverso ao que o aluno frequenta sala de aula comum, sendo facultativo, seu acesso à sala, em seu horário de aula regular, caso haja alguma demanda e professor de sala de aula e da SIR julguem necessário.

Na escola 1, são atendidos na SIR um total de 25 alunos, que são acompanhados também na sala de aula, pelos estagiários contratados pela SMED. Cada atendimento tem a duração de 45 minutos e os alunos são atendidos individualmente.

Na escola 2, a quantidade de alunos atendidos é em média a mesma, os alunos também são acompanhados em sala de aula pelos estagiários.

Nos idos do ano 2000, quando a equipe pedagógica da SMED, percebeu a necessidade de um apoio mais específico no cotidiano e turno de aula dos alunos público-alvo da educação especial, começou a selecionar estudantes de graduação e mais tarde de licenciaturas para auxiliar no manejo pedagógico destes alunos. Esta seleção era efetivada pelo setor de Estágios da SEMD em parceria com o setor de Educação Especial.

Em 2009 a SMED também começou a selecionar estudantes de cursos de Técnico em Enfermagem, principalmente para auxiliar os alunos que possuíam limitações na higienização, alimentação e deslocamento. Entretanto, com o passar do tempo a secretaria de educação avaliou que a falta de vínculo empregatício mais efetivo era um empecilho na permanência dos estudantes nestes cargos de estágio, por mais qualificada que a contribuição dos estagiários pudesse ser. Por isto, desenvolveu uma reestruturação no cargo (já existente) de monitor, que atendia somente as escolas infantis e especiais, para que este profissional, então concursado, pudesse atender as demandas específicas nas escolas regulares (acompanhando então os alunos em situação de inclusão, tanto na vertente pedagógica como nas questões de limitação motora).

Por esta escola possuir um espaço físico de SIR maior do que o da escola 1, alguns atendimentos são realizados com dois alunos no mesmo horário.

Dentro das respostas das entrevistadas, é possível identificar, que há uma grande preocupação, sobre o envolvimento dos professores de sala de aula, para o desenvolvimento destes alunos atendidos nas SIRs, que existe uma certa dificuldade de acessar estes professores, para falar sobre os alunos.

Na fala da entrevista 2, que segue abaixo, fica evidente essa frustração, quanto a falta de um momento reservado, para uma conversa com os professores de sala de aula.

“Eu acho que isso, enquanto eu conseguia entrar em algumas reuniões, de todos os professores e falar com todos os professores do turno da manhã, conversar algumas questões, o do turno da tarde, entendeu... agora não tem, não tem. Eu tenho que catar.”

O que podemos tirar como ideia das respostas dadas pelas entrevistadas é que , ambas veem o cenário da educação inclusiva, debilitado, pela falta de organização política e administrativa por parte da SMED e acreditam que a única forma de reabilitar a condição de trabalho para os profissionais envolvidos no processo inclusivo do aluno, é só através de uma retomada, dos direitos que foram perdidos, ao longo dos anos, bem como a reabertura de um setor dentro da SMED, que seja excepcionalmente destinado ao pensar a inclusão escolar no município de Porto Alegre, firmando políticas públicas norteadoras e clara, para que se possa trabalhar com segurança.

4.2.3 Do Papel e da Importância da Sala de Recursos Para a Comunidade Escolar

É visto que a Sala de Recursos é sem dúvida uma ferramenta muito importante, para o processo de inclusão dos alunos público-alvo da educação especial.

Nas duas escolas que visitei, verifiquei, durante minhas observações, o quanto as famílias dos alunos atendidos, precisam de apoio, não só social, mas psicológico e pedagógico, para conseguirem lidar com o manejo no dia-a-dia de seu familiar.

Segundo relato de professora 1, durante uma das observações, muitas vezes quem mais precisa de ajuda, são os familiares e que por vezes, o que prejudica o processo de inclusão do aluno é a desestrutura familiar.

A Sala de Integração e Recursos tem por finalidade oferecer o Atendimento Educacional Especializado, mas acaba por não ser só esse o seu papel, no cotidiano, onde muitas vezes o profissional faz o papel de quase Assistente Social, para auxiliar aluno e família deste.

Nela, através do manejo, cuidado e proposta pedagógica do profissional envolvido, o aluno tem a oportunidade de socializar-se, de passar a fazer parte de um ciclo de colegas, interagindo com o lugar, outros alunos, professores, demais

funcionários da escola, lhe preparando para a cidadania em vários níveis diferentes, considerando claro sua deficiência, necessidade educacional especial e o quanto é preservado cognitivamente e fisicamente, no período em que se passa essa interação.

“Um processo de socialização correto funciona como uma garantia ou proteção que ajudará aquele que o viveu a levar uma vida mais bem orientada”. (ALCUDIA. 2002. p. 149).

A escola, por si só, sem dúvida é um lugar, onde ocorre boa parte da formação do sujeito, onde este se depara com os primeiros conflitos de convivência fora do seu meio familiar, aprendendo a solucionar problemas e a se relacionar com os outros.

No trabalho que se realiza nas SIRs observadas, se faz evidente a importância do profissional que presta o atendimento ser humanizado e humilde, para que se facilite a aproximação com o aluno e se faça ligação com a família deste, uma vez que o diálogo entre quem quer que seja só é possível se estamos aberto à contribuição dos outros e se nos fazemos críticos também, à medida que este diálogo se enriquece de ambos os lados.

Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. (FREIRE, Paulo. 1993. p.81)

Desta forma, não é exagero afirmarmos que, a Sala de Recursos, junto aos professores, estagiários e demais envolvidos com seu funcionamento, unidos às famílias e os alunos atendidos, formam uma espécie de “teia do saber”, uma vez que, um aprende com o outro, de forma cooperativa, proporcionando seu desenvolvimentos sociais e intelectuais, durante o processo de inclusão na escola e conseqüentemente na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a análise de dados realizada, posso concluir que esta pesquisa, serviu para termos uma ideia mais próxima, da realidade do atual funcionamento das Salas de Recursos, especificamente no município de Porto Alegre, bem como tivemos a oportunidade de entender melhor como se dá este atendimento e em que condições de trabalho se encontram os profissionais que atuam na sala.

A partir do que as entrevistadas trouxeram em suas respostas, é tácito o descontentamento com a forma como a assessoria aos profissionais não está acontecendo por parte da SMED, o que acaba impactando diretamente, na qualidade de condições de trabalho aos professores, bem como de acesso aos alunos ao atendimento educacional especializado.

De tudo que foi levantado durante este estudo, o que mais me tocou como pesquisadora, foi enquanto ouvia as entrevistadas responderem, reparar em suas feições, expressões de profunda tristeza e descontentamento, com as condições de trabalho que atualmente lhe são oferecidas, e por alguns instantes, se mesclava com sentimentos sentimento de esperança por melhora e amor pelo trabalho que fazem.

Ainda que amparados por importantes e diferentes Leis, Decretos, Normativas, entre outros documentos oficiais, dentro das políticas de inclusão, a Sala de Integração e Recursos e o Atendimento Educacional Especializado, me parece, a partir dos dados analisados, não receber neste contexto relatado pelas entrevistadas a devida relevância dentro da SMED de Porto Alegre, mesmo que este serviço tenha sido praticamente um dos pioneiros em âmbito nacional a implantar e ofertar o Atendimento Educacional Especializado dentro das escolas.

Creio, assim como as profissionais entrevistadas, que há sim um longo percurso político e ideológico a ser percorrido, dentro da rede de inclusão escolar no município de Porto Alegre, partindo do pressuposto de que, antes de serem feitas novas políticas públicas e criados novos projetos, deve-se primeiro resgatar aquilo que um dia existiu e contribuía para o funcionamento das SIRs e que hoje não mais faz parte, tais como setor responsável pela Educação Especial dentro da SMED, disponibilização de momentos de troca de experiências entre profissionais da rede, por meio de reuniões sejam regionais e/ou em cada escola, oferta de cursos de

formação continuada, aos profissionais que atendem em SIRs e demais profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar, dentro da escola.

Assim, sendo, creio que o presente estudo poderá servir de conteúdo informativo relevante, no âmbito do funcionamento atual das Salas de Recursos, podendo ser utilizado, para um pensar novas estratégias políticas e pedagógicas, em prol da promoção da educação inclusiva.

Para os leitores que tiverem interesse em dar continuidade à esta linha de estudo, sugiro que aprofundem mais na relação entre escola, família, aluno, rede e gestão pública do município pesquisado, em como funciona essa espécie de teia que é tramada, dentro do processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

ALCUDIA, R. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **DECRETO Nº 8.954, DE 10 DE JANEIRO DE 2017**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-8954-10-janeiro-2017-784171-publicacaooriginal-151802-pe.html>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Decreto nº 72.425, de 3 de Julho de 1973**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CHICON, J. F.; RODRIGUES, G. M. **Educação física e os desafios da inclusão**. Vitória: EDUFES, 2010.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa escolhendo entre cinco abordagens**. 3. Porto Alegre Penso 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PLANALTO. **O que é orçamento participativo?** 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Edital nº 01, de 26 de abril de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008a**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Implementações de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&Itemid=595>. Acesso em: 03 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretarias podem pedir cursos de formação para professores**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33854>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECRETO Nº 93.613, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d93613.htm>. Acesso em: 28 jul 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB 17/2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 13 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/programas-e-acoes?id=250>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **NOTA TÉCNICA Nº 35/2016/DPEE/SECADI/SECAD**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40341-not-tec-035-2016-dpee-secadi-mec-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PORTARIA Nº 243, DE 10 DE MARÇO DE 2015**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0243_10_03_2015.html>. Acesso em: 19 ago. 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Viver Sem Limites**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/programas/viver-sem-limite>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Portaria nº 2.678 de 2002**. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=417>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

LAMPRECHT, C. A. dos S. **RES**: Pesquisadora Isabel Cardoso- INISINOS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por belevane2012@gmail.com em 31 out. 2017.

LARA, Â. M. de B.; DEITOS, R. A. (Org.). **Políticas educacionais**: um exame de proposições e reformas educacionais. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C. (Org.); ROOS, A. P. et al. **In/exclusão**: nas tramas da escola. 1. ed. Canoas: ULBRA, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed., rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: A Sala de Recursos Multifuncionais: seu processo histórico e como atualmente está funcionando.

Pesquisador Responsável: Isabel da Costa Cardoso

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS

Telefones para contato: (51) 991759029

e-mail: isabelc_cardoso@yahoo.com.br

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos RG _____

O Sr. (ª) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa A Sala de Recursos Multifuncionais: seu processo histórico e como atualmente está funcionando, de responsabilidade da pesquisadora Isabel da Costa Cardoso

Objetivos:

OBJETIVO GERAL: Identificar e informar, qual foi e como foi o processo histórico de criação da Sala de Recursos Multifuncionais, bem como, através de leituras e resultados obtidos em pesquisa de campo, fazer a relação com o que é trazido como padrão de funcionamento de uma Sala de Recursos, com o que realmente acontece na prática em Salas de Recursos pesquisadas, durante a coleta de dados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: 1. Trazer o processo de criação da Sala de Recursos Multifuncionais; 2. Identificar as principais dificuldades encontradas pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado, no que se refere às políticas públicas, infraestrutura, formação continuada e envolvimento da equipe pedagógica da escola;

3. Apontar os avanços e benefícios, trazidos pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado, sobre como está funcionando as Salas de Recursos Multifuncionais, nos dias atuais.

Justificativas: Escolhi este tema para esta pesquisa, por achar necessário que se produzam materiais que nos tragam informações atualizadas, sobre o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais, pois a partir daí, será possível levantar questionamentos sobre o que pode ser feito melhor ou diferente, para que o Atendimento Educacional Especializado seja produtivo e benéfico para o aluno.

Acredito que este estudo será de contribuição positiva, pois poderá servir de consulta, como um breve apanhado sobre como é o funcionamento “Da Sala de Recursos Multifuncionais de hoje”.

Métodos: Utilizarei o método qualitativo através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, realizadas pessoalmente; observações de intervenção pedagógica dos profissionais entrevistados em Sala de Recursos Multifuncionais e interpretação de leituras relacionadas ao tema pesquisado.

Farei análise dos dados, a partir de um estudo etnográfico, realizando triangulação das anotações de campo, transcrições das entrevistas e reflexão sobre a relação do material bibliográfico consultado com o que consegui absorver em pesquisa de campo e como principal técnica, utilizarei a análise de discurso, para identificar pelo menos duas categorias de análise que serão discutidas separadamente, em forma de blocos temáticos.

Sobre desconfortos e/ou riscos: O voluntário não será disposto a nenhum tipo de desconforto ou risco durante a pesquisa.

Durante a pesquisa, o professor será beneficiado, com a oportunidade de reflexão e melhor entendimento sobre o tema pesquisado

Caso o voluntário tenha e deseje sanar alguma dúvida, acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa, ou com o tratamento individual, deverá contatar diretamente a pesquisadora responsável, através dos contatos fornecidos.

A participação nesta pesquisa é *voluntária* e em qualquer momento os participantes tem total liberdade de decidir por não participar mais do processo, seja por qualquer motivo.

É garantida a confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Porto Alegre, ___ de _____ de 2017.

Assinatura do (a) voluntário (a)

Testemunha

Testemunha

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pesquisadora Isabel da Costa Cardoso
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Sobre o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais de sua instituição de ensino, você considera que este se encontra dentro do padrão, estipulado pela política de implantação da SRMs, ou não? Explique sua afirmação.
2. Para você, quais são os principais desafios encontrados na SRMs, no que se refere às políticas públicas, infraestrutura, formação continuada e envolvimento da equipe pedagógica da escola?
3. Com relação a estes desafios que mencionou em sua resposta, da questão anterior, exponha quais mudanças (políticas ou intervencionais) deveriam ser aplicadas, para beneficiar o funcionamento da SRMs.
4. Na sua opinião, quais são os avanços e benefícios no e do funcionamento da SRMs? Explique-os.

**ANEXO A - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA
DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 (*)

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento
Educativo Especializado na Educação Básica,
modalidade Educação Especial.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na alínea “c” do artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995, bem como no artigo 90, no § 1º do artigo 8º e no § 1º do artigo 9º da Lei nº 9.394/1996, considerando a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 10.098/2000; a Lei nº 10.436/2002; a Lei nº 11.494/2007; o Decreto nº 3.956/2001; o Decreto nº 5.296/2004; o Decreto nº 5.626/2005; o Decreto nº 6.253/2007; o Decreto nº 6.571/2008; e o Decreto Legislativo nº 186/2008, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 13/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 24 de setembro de 2009, resolve:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos

espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (*) Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Art. 7º Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

Art. 8º Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE. Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada: a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública; b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública; c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública; d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. 2 Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Art. 11. A proposta de AEE, prevista no projeto pedagógico do centro de Atendimento Educacional Especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado para essa finalidade, deve ser aprovada pela respectiva Secretaria de Educação ou órgão equivalente, contemplando a organização disposta no artigo 10 desta Resolução. Parágrafo único. Os centros de Atendimento Educacional Especializado devem cumprir as exigências legais estabelecidas pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, quanto ao seu credenciamento, autorização de funcionamento e organização, em consonância com as orientações preconizadas nestas Diretrizes Operacionais.

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado: I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CESAR CALLEGARI